



**TRANSFORMAÇÕES
TERRITORIAIS É APAGAMENTO
DA MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO
URBANO DE NAVIRAÍ-MS SOB
A EXPANSÃO AGROINDUSTRIAL**

**TERRITORIAL TRANSFORMATIONS AND MEMORY ERASURE: THE URBAN
HERITAGE OF NAVIRAÍ-MS UNDER AGROINDUSTRIAL EXPANSION**

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E APAGAMENTO DA MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO URBANO DE NAVIRAÍ-MS SOB A EXPANSÃO AGROINDUSTRIAL

TERRITORIAL TRANSFORMATIONS AND MEMORY ERASURE: THE URBAN HERITAGE OF NAVIRAÍ-MS UNDER AGROINDUSTRIAL EXPANSION

Mariana Watzel¹

Recebimento: 26/09/2025

Aceite: 12/05/2026

¹ Doutora em Design (UNESP).
Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Naviraí – MS, Brasil.
E-mail: marianapettrup@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da expansão agroindustrial sobre as paisagens urbanas e o patrimônio cultural do município de Naviraí, localizado na região Centro-Oeste do Brasil. O objetivo é compreender de que maneira a territorialização do agronegócio tem reconfigurado o tecido urbano e produzido processos de fragmentação espacial e apagamento da memória urbana. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em levantamento documental e normativo, análise cartográfica e interpretação de imagens históricas, a partir de dados secundários provenientes de bases institucionais, para examinar a expansão urbana e os vetores territoriais associados à agroindustrialização entre 2005 e 2025. Os resultados indicam que a expansão periférica, impulsionada por infraestruturas logísticas e loteamentos vinculados ao setor agroindustrial, tem promovido a descaracterização da morfologia urbana original e a invisibilização de referências históricas locais. Conclui-se que a lógica produtivista do agronegócio tem contribuído para processos de homogeneização espacial e enfraquecimento das políticas de preservação patrimonial, evidenciando a necessidade de políticas urbanas capazes de articular desenvolvimento econômico, planejamento territorial e proteção das paisagens culturais.

Palavras-chave: paisagem urbana; agroindustrialização; territorialidade.

ABSTRACT

This article analyzes the impacts of agroindustrial expansion on urban landscapes and cultural heritage in the municipality of Naviraí, located in the Central-West region of Brazil. The objective is to understand how the territorialization of agribusiness has reshaped the urban fabric and generated processes of spatial fragmentation and erasure of urban memory. The research adopts a qualitative approach, based on documentary and normative survey, cartographic analysis, and interpretation of historical imagery, using secondary data from institutional sources to examine urban expansion and territorial vectors associated with agroindustrialization between 2005 and 2025. The results indicate that peripheral expansion, driven by logistical infrastructures and subdivisions linked to the agroindustrial sector, has led to the transformation of the original urban morphology and the invisibilization of local historical references. It is concluded that the productivist logic of agribusiness has contributed to processes of spatial homogenization and weakening of heritage preservation policies, highlighting the need for urban policies capable of articulating economic development, territorial planning, and the protection of cultural landscapes.

Keywords: urban landscape; agroindustrialization; territoriality.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação do agronegócio no Brasil tem impulsionado profundas reestruturações territoriais, especialmente em cidades estratégicas para a produção e o escoamento de *commodities* no Centro-Oeste, como Naviraí-MS. Nesse contexto, a lógica produtivista do agronegócio não apenas redefine o uso do solo rural, mas também provoca transformações significativas nos arranjos urbanos, impactando a morfologia, as funções e os sentidos simbólicos das cidades. Essas dinâmicas, muitas vezes alheias às diretrizes do planejamento urbano, evidenciam a força dos vetores econômicos sobre a organização do espaço.

No caso do Cone Sul de Mato Grosso do Sul, essas mudanças assumem contornos mais complexos, pois se manifestam em territórios historicamente marcados por diferentes sistemas socioterritoriais. O avanço da agroindustrialização tem resultado na descaracterização de espaços urbanos tradicionais, na substituição de paisagens culturais por zonas logísticas e comerciais e no enfraquecimento das políticas de preservação patrimonial. Esses processos revelam disputas entre os valores da eficiência econômica e aqueles vinculados à memória urbana, à identidade coletiva e à permanência simbólica dos lugares (Rodrigues; Dorneles, 2018).

Naviraí integra um território estratégico em Mato Grosso do Sul (Figura 1), cuja dinâmica urbana e produtiva é fortemente influenciada pelas territorialidades agroindustriais. Ainda que respaldadas por instrumentos formais de planejamento, essas transformações evidenciam contradições entre as práticas de territorialização do capital agrário e as diretrizes de ordenamento e preservação, revelando a produção desigual do espaço (Lefebvre, 1991) e a sobreposição de racionalidades espaciais em disputa (Massey, 2005; Haesbaert, 2014).

Figura 1 | Localização do município de Naviraí no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados do IBGE (2023), utilizando a plataforma MapChart.

O município de Naviraí-MS possui população de 50.457 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022, e apresenta baixa densidade demográfica, de 15,82 hab./km² (IBGE, 2023). Essas características o configuram como uma cidade de pequeno porte, cuja dinâmica urbana está fortemente articulada às atividades produtivas regionais. A estrutura econômica local evidencia forte vinculação ao setor agroindustrial, com destaque para atividades de transformação da produção primária, como agroindústrias e cooperativas agrícolas (IBGE, 2023; Prefeitura Municipal de Naviraí, 2023). Esse perfil produtivo reforça a centralidade do agronegócio na organização territorial do município.

O fortalecimento de territorialidades vinculadas ao agronegócio, materializadas em infraestruturas logísticas, loteamentos e equipamentos desconectados das dinâmicas sociais locais, gera espaços subordinados à lógica do capital, esvaziando sentidos históricos e culturais (Harvey, 2013). A fragilidade das políticas públicas de preservação intensifica esse quadro, reforçando o uso instrumental da cultura como ativo econômico, e não como direito à memória (Canclini, 2008).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os impactos da expansão agroindustrial na reconfiguração da estrutura urbana e das paisagens culturais de Naviraí-MS, com

ênfase na fragmentação territorial e no enfraquecimento das referências de memória urbana. A partir de uma abordagem territorial crítica, busca-se compreender como as dinâmicas econômicas vinculadas ao agronegócio interferem na produção do espaço urbano e na preservação das referências históricas e identitárias da cidade.

Embora este estudo se concentre especificamente no município de Naviraí-MS, suas análises evidenciam dinâmicas que não se configuram como casos isolados, mas como expressão de um processo mais amplo e contínuo de reconfiguração espacial e simbólica em cidades sob a hegemonia do agronegócio. Ao analisar criticamente as transformações espaciais, culturais e patrimoniais em Naviraí, este trabalho busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre as inter-relações entre produção do espaço, territorialidades e cultura, evidenciando os efeitos dessas dinâmicas sobre a organização territorial e a permanência de referências culturais no espaço urbano.

Ao articular análise espacial, interpretação territorial crítica e discussão sobre patrimônio urbano em cidades de pequeno porte do Centro-Oeste, o estudo colabora com o campo dos estudos regionais ao evidenciar como a expansão agroindustrial atua como vetor de reconfiguração urbana e de apagamento das paisagens culturais em territórios fortemente articulados a esses fluxos produtivos.

Para atingir esse objetivo, o artigo está estruturado em quatro seções principais. A primeira apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, discutindo os conceitos de produção do espaço, territorialidades e patrimônio urbano em contextos de expansão agroindustrial. A segunda seção descreve os procedimentos metodológicos adotados, incluindo levantamento documental e normativo, análise cartográfica e interpretação de imagens históricas a partir de bases secundárias. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, abordando os processos de expansão urbana, transformação das paisagens e reconfiguração das dinâmicas territoriais em Naviraí-MS. As considerações finais sintetizam os principais achados e apontam implicações para o planejamento urbano e para as políticas de preservação patrimonial em cidades sob influência do agronegócio.

A contribuição deste estudo reside em articular empiricamente a expansão agroindustrial às transformações da paisagem urbana e às fragilidades das políticas de preservação patrimonial em cidades de pequeno porte, evidenciando a dimensão territorial desses processos.



PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CONTEXTOS DE EXPANSÃO AGROINDÚSTRIAL

A discussão sobre os impactos da agroindustrialização nas paisagens urbanas e no patrimônio cultural demanda uma abordagem que ultrapasse a mera análise espacial, incorporando as dimensões políticas, econômicas e simbólicas dos processos de produção do território. Nessa perspectiva, a territorialidade não se restringe à dimensão material do espaço, mas constitui um campo de múltiplas relações de poder, no qual diferentes atores produzem, disputam e ressignificam espacialidades. Conforme Haesbaert (2014), o espaço contemporâneo é marcado pela multiterritorialidade, caracterizada pela sobreposição e coexistência de diferentes lógicas territoriais. No contexto da expansão agroindustrial, essa condição se expressa na tensão entre territorialidades locais, associadas à memória e à identidade, e territorialidades hegemônicas, orientadas pela lógica do capital e pela integração aos circuitos globais.

Estudos sobre a dinâmica recente do Centro-Oeste brasileiro indicam que a expansão do agronegócio tem promovido uma profunda reestruturação urbano-regional, marcada pela reorganização das funções das cidades e pela intensificação das relações campo-cidade. Conforme destaca Elias (2011), o agronegócio globalizado engendra novos arranjos territoriais, denominados Regiões Produtivas Agrícolas, nos quais cidades médias e pequenas passam a desempenhar funções estratégicas na gestão, logística e suporte das cadeias produtivas. Nesse contexto, a urbanização não ocorre de forma autônoma, mas subordinada às demandas do sistema agroindustrial, redefinindo centralidades, os usos do solo e as dinâmicas territoriais. Em Mato Grosso do Sul, a ocupação do solo urbano e rural revela articulação estreita entre lógicas econômicas do agronegócio e padrões de segregação socioespacial, reforçando a importância de análises que integrem economia, território e identidade cultural (Rodrigues; Dorneles, 2018).

Para Lefebvre (1991), o espaço é produção social resultante de relações de poder e dos modos de produção. Sob o avanço da agroindústria, consolida-se um regime de produção espacial capitalista que impõe uma nova ordem territorial orientada à eficiência produtiva e à circulação de mercadorias. Essa racionalidade tende a moldar as paisagens urbanas segundo interesses mercantis, subalternizando as necessidades sociais e culturais das comunidades locais.



A cidade pode ser compreendida como resultado de múltiplos processos de produção do espaço, envolvendo diferentes agentes e interesses que disputam a organização territorial (Corrêa, 2005). A crítica de Harvey (2013) à acumulação por despossessão é central para compreender esses processos: a ampliação do complexo agroindustrial frequentemente implica apropriação e reconfiguração de territórios antes ocupados por populações tradicionais ou por conjuntos urbanos históricos, com expulsões, descaracterizações e invisibilizações. Para expandir-se, o capital promove “despejos” espaciais, convertendo territórios em ativos e deslocando sujeitos e memórias.

Na perspectiva de Massey (2005), o espaço constitui-se como esfera de coexistência de múltiplas trajetórias sociais, nas quais diferentes relações, temporalidades e identidades se encontram de forma simultânea e frequentemente desigual. Nesse sentido, os territórios constituem configurações dinâmicas resultantes de interações sociais em constante transformação. A homogeneização de usos do solo e a instalação de infraestruturas padronizadas vinculadas ao agronegócio suprimem narrativas locais e esvaziam significados, privilegiando a funcionalidade econômica.

Nesse contexto, as cidades assumem papel estratégico na organização territorial contemporânea. Conforme argumenta Sposito (2007), esses centros urbanos desempenham função intermediária nas redes urbanas, articulando circuitos produtivos regionais, fluxos logísticos e dinâmicas econômicas mais amplas. Em regiões marcadas pela expansão agroindustrial, essas cidades passam a concentrar infraestruturas, serviços e funções administrativas vinculadas às cadeias do agronegócio, reforçando sua centralidade no processo de reorganização territorial.

No campo do patrimônio, as dinâmicas contemporâneas revelam processos seletivos de valorização que privilegiam determinados símbolos em detrimento de outros. Conforme Choay (2001), o patrimônio é uma construção política e ideológica, atravessada por interesses e disputas. Complementarmente, Canclini (2008) argumenta que, nas sociedades latino-americanas, a modernização econômica frequentemente produz processos de hibridização cultural, nos quais elementos tradicionais e modernos coexistem de forma desigual. No contexto da agroindustrialização, essa hibridização tende a ser assimétrica, favorecendo a imposição de novas referências espaciais e simbólicas vinculadas à lógica produtivista, em detrimento das memórias e práticas culturais locais.



A leitura de Corboz (2004) sobre a cidade como palimpsesto conecta aspectos das camadas históricas, culturais e econômicas sobrepostas, o que permite compreender como a expansão agroindustrial reconfigura usos do solo, altera a paisagem e redefine vínculos simbólicos entre população, território e memória urbana. Exemplos regionais, como a conurbação Ponta Porã–Pedro Juan Caballero, ilustram a força das interdependências econômicas no redesenho de dinâmicas urbanas e comerciais (SEBRAE-MS, 2021), com repercussões diretas sobre formas, centralidades e usos do espaço.

O presente estudo adota uma perspectiva crítica e interdisciplinar: entende as transformações territoriais não apenas como fenômenos técnicos ou econômicos, mas como resultados de relações complexas de poder e resistência, nas quais o patrimônio urbano opera como campo de disputa e luta por reconhecimento e pertencimento. Ao articular produção do espaço (Lefebvre, 1991), despossessão (Harvey, 2013) e seletividade patrimonial (Choay, 2001), ancorados na crítica territorial de Santos (2008) e Haesbaert (2014), delinea-se o quadro teórico para analisar como territorialidades agroindustriais incidem sobre paisagens culturais, identidades e políticas de preservação, com especial atenção ao caso de Naviraí-MS.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à análise das dinâmicas territoriais e de seus impactos decorrentes sobre as paisagens urbanas e o patrimônio cultural de Naviraí-MS, no contexto da expansão agroindustrial. O recorte temporal compreende o período de 2005 a 2025, abrangendo marcos significativos de crescimento urbano desarticulado, políticas públicas de ordenamento territorial e transformações econômicas vinculadas ao agronegócio. A definição desses procedimentos metodológicos foi orientada pelo referencial teórico adotado, especialmente pelas contribuições de Lefebvre (1991), Santos (2008) e Haesbaert (2014), que compreendem o espaço urbano como produção social resultante de relações econômicas, políticas e simbólicas. Nesse sentido, a análise empírica buscou identificar como essas relações se materializam na reorganização territorial e na transformação das paisagens urbanas associadas à expansão agroindustrial.



Foram analisados documentos institucionais e normativos relacionados ao planejamento e à gestão territorial, como Planos Diretores, legislações de uso e ocupação do solo, Planos de Mobilidade Urbana, Planos Municipais de Saneamento Básico e instrumentos de gestão ambiental (zoneamentos e delimitações de Áreas de Preservação Permanente - APP). Esses materiais foram obtidos junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais (IBGE, INCRA, IPHAN), além de instituições de pesquisa como o Observatório das Metrópoles (2022). O objetivo foi identificar as diretrizes formais para o crescimento urbano e as lacunas no que tange à preservação da paisagem cultural e do patrimônio urbano.

A análise foi desenvolvida a partir da interpretação integrada de bases cartográficas e imagens históricas, com dados provenientes do IBGE, MapBiomas, OpenStreetMap e Google Earth Pro. A partir dessas fontes, foram realizadas comparações temporais da mancha urbana, identificação de vetores de crescimento e análise das transformações no uso do solo entre 2005 e 2025. A análise privilegiou uma abordagem interpretativa, na qual os dados espaciais foram utilizados como suporte para leitura crítica das dinâmicas territoriais.

A interpretação dos dados foi orientada por análise comparativa temporal e leitura crítica do território, buscando relações entre infraestruturas logísticas e crescimento periférico, bem como evidências de fragmentação espacial associadas à dinâmica agroindustrial. A análise espacial foi conduzida com apoio de bases georreferenciadas e ferramentas de geoprocessamento, permitindo identificar padrões de expansão urbana, relações entre crescimento periférico e eixos logísticos, bem como dinâmicas espaciais associadas à agroindustrialização.

Foram coletados materiais iconográficos complementares, incluindo fotografias aéreas, registros jornalísticos e imagens contemporâneas extraídas de acervos municipais e plataformas digitais, como o Google Earth Pro. Esses materiais subsidiaram a leitura comparativa das transformações morfológicas e espaciais ao longo do período analisado, articulando-se às análises cartográficas para reforçar a identificação de vetores de crescimento e de processos de fragmentação territorial.

A escolha do município de Naviraí-MS justifica-se por sua representatividade no contexto regional, marcada por um histórico recente de expansão urbana desarticulada impulsionada pelo agronegócio (especialmente dos setores sucroenergético e de grãos) e por sua centralidade em



políticas públicas de ordenamento territorial que evidenciam tensões entre crescimento econômico, preservação ambiental e memória urbana. O foco analítico recai no município de Naviraí-MS, tratado como estudo de caso representativo das dinâmicas territoriais associadas à expansão agroindustrial no sul de Mato Grosso do Sul.

Para fins analíticos, foram considerados como indicativos de fragmentação territorial: (I) a expansão descontínua da mancha urbana; (II) a implantação de loteamentos desconectados do traçado fundacional; e (III) a concentração de infraestruturas logísticas nas bordas urbanas. Esses critérios orientaram a leitura comparativa das transformações espaciais ao longo do período analisado. A análise privilegia a escala local, utilizando referências para a compreensão das dinâmicas territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico apresentado e dos procedimentos metodológicos adotados, analisam-se as transformações observadas em Naviraí-MS entre 2005 e 2025, com destaque para os processos de expansão urbana, reconfiguração do uso do solo e alterações na paisagem urbana associadas à territorialização do agronegócio. A partir da perspectiva de Lefebvre (1991), essas transformações podem ser interpretadas como expressão do predomínio do espaço concebido, orientado por agentes econômicos e lógicas produtivas, sobre o espaço vivido, associado às práticas cotidianas, à memória e às formas de apropriação social do território. Essa chave interpretativa permite compreender a expansão urbana não apenas como crescimento físico, mas como reconfiguração das relações sociais inscritas no espaço.

1. EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO NO MATO GROSSO DO SUL (2005–2025)

A expansão urbana observada em Naviraí deve ser compreendida como resultado da articulação de múltiplas trajetórias espaciais que se encontram e se reconfiguram no território. Conforme propõe Massey (2005), o espaço constitui-se como esfera de coexistência de diferentes processos sociais, frequentemente marcados por assimetrias de poder. Nesse sentido, o crescimento urbano não representa apenas um processo de ocupação física, mas a materialização de relações espaciais desiguais, nas quais determinadas racionalidades, especialmente aquelas vinculadas ao



agronegócio, passam a prevalecer sobre outras. Conforme argumenta Elias (2011), essas dinâmicas produzem novos arranjos territoriais nos quais as cidades passam a desempenhar funções diretamente vinculadas às cadeias produtivas, configurando espacialidades funcionalizadas ao agronegócio.

Segundo o Observatório das Metrópoles (2022), municípios do interior do Centro-Oeste apresentaram valorização acelerada do preço médio dos terrenos urbanizáveis entre 2008 e 2020, especialmente em Dourados e Ponta Porã. Esse fenômeno está relacionado à proximidade de glebas a eixos logísticos estratégicos e ao fluxo de capital oriundo do agronegócio, o que evidencia a influência das cadeias produtivas agroindustriais sobre a valorização fundiária e a pressão pela expansão urbana desarticulada.

O crescimento populacional expressivo observado no período entre 2005 e 2021 não pode ser interpretado isoladamente como expansão demográfica, mas como indicativo da inserção de Naviraí nas dinâmicas territoriais do agronegócio. Conforme evidenciam estudos sobre a formação territorial do município, sua organização espacial e produtiva está historicamente vinculada à matriz agropecuária, que atua como principal vetor de reconfiguração econômica e territorial (Rodrigues; Dorneles, 2018). Nesse sentido, a expansão urbana recente expressa a intensificação dessa lógica, manifestando-se na produção de novas periferias funcionalizadas e na reorganização dos usos do solo, o que reforça a leitura de Elias (2013), segundo a qual cidades do interior brasileiro passam a desempenhar papel estratégico como nós logísticos e administrativos do agronegócio. Rodrigues e Dorneles (2018) observam que a aptidão agrícola do solo foi decisiva para moldar tanto o padrão agrário quanto a dinâmica urbana, evidenciando a articulação entre agricultura e expansão da malha urbana.

Embora Naviraí apresente área urbanizada (16,54 km²), menor do que Dourados (78,6 km²) e Ponta Porã (32,5 km²), registra forte pressão recente de expansão periférica. Essa expansão caracteriza-se pela conversão acelerada de glebas rurais em áreas urbanas, impulsionada por lógicas fundiárias e por interesse produtivos vinculados ao agronegócio, configurando um padrão de urbanização periférica sob influência direta da agroindústria. O fenômeno ocorre de forma pouco articulada com os instrumentos de planejamento formal, reiterando a fragilidade da regulação urbanística diante das pressões econômicas.



2. EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO URBANO: ENTRE A NORMATIVA E A PRÁTICA ECONÔMICA

Dados do Painel de Indicadores Urbanos da ANTP (2023) indicam que, entre 2010 e 2020, o crescimento da frota veicular em Dourados e Naviraí superou a média nacional, gerando pressão sobre a malha viária e estimulando investimentos públicos em infraestrutura rodoviária voltada ao escoamento produtivo. Essa dinâmica explicita a articulação entre políticas de mobilidade urbana e as demandas logísticas do agronegócio, produzindo efeitos diretos na configuração funcional e espacial das cidades e evidenciando a subordinação das políticas urbanas às dinâmicas de circulação de mercadorias, conforme discutido por Harvey (2013), em detrimento da função social do espaço urbano.

O cruzamento dos dados de área urbanizada com o Plano Diretor Municipal (Naviraí, 2018) revela a emergência de centros logísticos, loteamentos e condomínios residenciais em substituição a áreas centrais históricas. O IBGE (2023) confirma que o crescimento urbano recente tem ocorrido de maneira fragmentada e descontínua e concentrada nas bordas, onde usos comerciais e logísticos se expandem, alterando a paisagem. Planos setoriais, como o de Saneamento Básico e o de Mobilidade Urbana, evidenciam fragilidades estruturais, apontando ausência de integração entre políticas urbanas (Naviraí, 2015; 2019).

Imagens de satélite analisadas entre 1985 e 2015 demonstram que Naviraí apresentou um incremento médio anual de 51,73 hectares de área urbana, seguindo padrão de adensamento periférico fragmentado estimulado pela especulação imobiliária e pela expansão agroindustrial (Naviraí, 2019), o que evidencia a consolidação de um padrão de urbanização funcionalmente orientado ao agronegócio, no qual a expansão urbana deixa de responder a dinâmicas sociais locais e passa a ser estruturada por lógicas produtivas externas. A proliferação de loteamentos fechados em Naviraí evidencia um processo de segmentação urbana mediado por capital privado e por atores ligados ao setor rural-industrial.

Dados municipais dos últimos dez anos apontam a participação crescente de incorporadoras locais e cooperativas agroindustriais na promoção desses empreendimentos, reforçando a influência direta do agronegócio sobre a produção do espaço urbano. Esse padrão de crescimento reforça a leitura de Lefebvre (1991), ao evidenciar a predominância de uma lógica de produção do espaço



orientada pela valorização fundiária e pela funcionalização econômica, em detrimento da coesão socioespacial.

No Mato Grosso do Sul, observa-se de forma geral que municípios do Cone Sul, como Dourados e Ponta Porã, também têm experimentado pressões semelhantes de expansão urbana vinculadas ao setor agroindustrial, ainda que os dados sistematizados estejam mais consolidados para Naviraí. No caso específico de Naviraí, entre 2005 e 2025, registrou-se um aumento expressivo de loteamentos em Naviraí, sobretudo em áreas periféricas próximas a eixos rodoviários estratégicos (BR-163 e MS-141), muitos deles promovidos por cooperativas agroindustriais e incorporadoras rurais.

O cruzamento desses dados com bases cartográficas e imagens de satélite permite delimitar áreas de crescimento desarticulado, revelando uma tendência de expansão concentrada em zonas de vocação logística e produtiva, em detrimento das áreas centrais consolidadas. A análise espacial, realizada a partir da interpretação de dados cartográficos, imagens históricas e informações secundárias, indica que cerca de 72% da expansão urbana recente ocorreu em glebas anteriormente rurais, configurando um padrão de fragmentação territorial. Esse processo confirma a prevalência da lógica produtivista sobre as diretrizes formais de uso do solo e planejamento urbano.

O exame da legislação municipal reforça esse diagnóstico. O Plano Diretor de Naviraí, atualizado em 2018, apresenta zoneamentos permissivos para loteamentos industriais e logísticos nas bordas urbanas, mas carece de mecanismos de integração social e ambiental. Essa lacuna regulatória tem contribuído para a intensificação da segregação socioespacial: enquanto as novas áreas urbanizadas concentram populações vinculadas ao setor agroindustrial, as áreas centrais históricas enfrentam declínio funcional e abandono.

Esse cenário aprofunda as desigualdades urbanas, restringindo o acesso a equipamentos e serviços públicos nas zonas periféricas. A carência de saneamento básico é evidente em regiões rurais e periféricas de Naviraí, onde ainda predominam fossas negras e poços sem tratamento adequado, gerando riscos ambientais e de saúde pública.

Apesar da elevada taxa de motorização do município, com cerca de 27 mil veículos registrados, persistem graves problemas de acessibilidade, ausência de infraestrutura cicloviária e calçadas irregulares, consolidando um sistema viário centrado em automóveis e pouco inclusivo para modos



de transporte não motorizados (Naviraí, 2019).

A presença de infraestruturas agroindustriais no espaço urbano como armazéns, cooperativas e complexos logísticos, localizados preferencialmente em áreas adjacentes às rodovias BR-163 e MS-141, reforça a conformação de periferias funcionais voltadas ao escoamento da produção. A análise de imagens de satélite, articulada à leitura de bases cartográficas e dados secundários, evidencia a formação de clusters logísticos nas bordas urbanas, impactando diretamente a paisagem tradicional e esvaziando os sentidos históricos e culturais do espaço urbano consolidado. No que se refere à dimensão patrimonial, não foram identificados, no âmbito municipal, instrumentos estruturados de inventário patrimonial ou políticas sistemáticas de salvaguarda do patrimônio urbano. A ausência de bases técnico-institucionais para identificação, registro e proteção de bens culturais contribui para a fragilidade das ações de preservação, ampliando a vulnerabilidade das referências históricas diante das dinâmicas de transformação territorial associadas à expansão agroindustrial.

3. Redesenho viário, acesso à infraestrutura e modificações paisagísticas

Os eixos viários estruturantes BR-163, MS-145 e MS-141 exercem papel determinante no padrão de adensamento fragmentado observado em Naviraí, atuando como vetores de crescimento e moldando a configuração espacial da cidade. As intervenções recentes em sinalização, ampliação de capacidade e organização do trânsito evidenciam a priorização das demandas logísticas do agronegócio, em detrimento de princípios de planejamento urbano integrador. Essa realidade reflete a subordinação das políticas públicas urbanas às dinâmicas econômicas do setor produtivo, limitando a consolidação de estratégias de mobilidade inclusivas e ambientalmente equilibradas.

A comparação entre fotografias históricas e imagens atuais (Google Street View e acervos municipais) revela modificações significativas na paisagem urbana, nas quais vias e infraestruturas foram adaptadas para acomodar o fluxo e o porte do transporte de cargas. Essas transformações incidem diretamente sobre a escala e a percepção da imagem urbana, reforçando a hegemonia das necessidades produtivas sobre a morfologia tradicional da cidade.



Tabela 1 | Expansão urbana e impactos da agroindustrialização sobre as paisagens urbanas e patrimoniais em Naviraí-MS (2005–2025)

Cidade	Padrão de Expansão Urbana	Vetores Predominantes de Crescimento	Impactos na Paisagem Urbana e Territorial	Situação do Patrimônio Cultural
Naviraí-MS	Expansão periférica acelerada, fragmentada e desconectada do traçado fundacional	Eixos logísticos (BR-163, MS-141), agroindústria (cooperativas, armazéns) e loteamentos privados	Fragmentação do tecido urbano e enfraquecimento das referências simbólicas associadas à memória urbana; ruptura da morfologia original; criação de periferias funcionais; descaracterização da paisagem histórica	Ausência de políticas de proteção; redução da visibilidade dos bens históricos e fragilização das referências de memória urbana; avanço da lógica mercadológica sobre os usos simbólicos do território

Fonte: IBGE (2023); Planos Diretores Municipais; MapBiomias (2023); Elaboração própria (2025).

A estrutura original de Naviraí, organizada em torno de um octógono central com vias radiais, foi progressivamente descaracterizada pelo avanço de novos loteamentos que não respeitaram o traçado fundacional. Essa ruptura comprometeu a coesão do tecido urbano e acentuou a descontinuidade espacial (Naviraí, 2019).

Na Figura 2, observa-se em azul o núcleo urbano de Naviraí, caracterizado por malha relativamente densa, infraestrutura estabelecida e predominância de usos mistos, como comércio, serviços e habitação, articulado a eixos rodoviários que tangenciam e estruturam a expansão urbana. A comparação entre as imagens de satélite ao longo do período analisado evidencia o crescimento da mancha urbana nas bordas da cidade, especialmente em áreas próximas aos eixos rodoviários BR-163, MS-141 e MS-145. Nessas zonas destacam-se loteamentos recentes, infraestrutura em implantação e áreas de transição entre usos rurais e urbanos, configurando vetores de expansão periférica associados à dinâmica territorial do agronegócio. O contraste entre o centro e as áreas de crescimento recente evidencia a desconexão entre o traçado fundacional da cidade e os novos padrões de urbanização orientados por infraestruturas logísticas e pela lógica produtiva agroindustrial.

Figura 2 | Evolução da expansão urbana de Naviraí-MS (2005–2025) e sua relação com os principais eixos logísticos regionais.



Fonte: Elaboração própria com base em imagens de satélite Google Earth Pro (2005, 2015, 2025).

Esse padrão de expansão periférica associado a infraestruturas logísticas confirma a reorganização territorial promovida pelas dinâmicas do agronegócio, nas quais as cidades passam a desempenhar funções estratégicas nas cadeias produtivas regionais (Elias, 2013; Sposito, 2007). Essa configuração espacial reforça a leitura de Lefebvre (1991), ao expressar a predominância de uma lógica de produção do espaço orientada pela valorização econômica sobre a coesão territorial.

Conforme discutido por Gomes et al. (2020), embora Naviraí tenha sido estruturada a partir de um traçado urbano planejado e rigidamente definido, a expansão urbana posterior revela padrões difusos e fragmentados associados à implantação de loteamentos periféricos desconectados do núcleo central. Essa dinâmica evidencia o descompasso entre o discurso do

planejamento urbano e a prática da cidade real, marcado por tensões entre diretrizes formais de ordenamento territorial e processos efetivos de ocupação do solo.

Como demonstram dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, a concentração de infraestrutura logística: silos, armazéns e centrais de transbordo, em zonas urbanas e periurbanas do Centro-Oeste aumentou 48% entre 2005 e 2020 (EMBRAPA; INPE, 2021). Esse crescimento incide diretamente sobre áreas com valor histórico e simbólico, frequentemente desconsideradas pelas dinâmicas de mercado. A ausência de políticas públicas consistentes de preservação patrimonial contribui para o apagamento desses territórios identitários, que, uma vez descaracterizados, tornam-se vulneráveis à especulação fundiária e à reconfiguração funcional da cidade.

Essa constatação encontra respaldo em Gonçalves (2015), ao evidenciar que o processo de formação de Naviraí esteve associado à atuação de agentes privados orientados pela lógica de valorização fundiária e comercialização de terras, no contexto da ocupação dirigida do território. Essa dinâmica revela a centralidade dos interesses econômicos na estruturação inicial do espaço urbano, elemento que permanece influenciando suas transformações contemporâneas.

Dados do *MapBiomias* (2023) confirmam essa tendência, evidenciando a redução contínua das áreas de vegetação nativa nas últimas décadas, paralelamente à expansão das áreas agropecuárias e, em menor escala, da malha urbana. Esses dados corroboram a hipótese de que a expansão agroindustrial tem sido associada a efeitos sobre a configuração das cidades, ao intensificar a fragmentação territorial, a segregação socioespacial e a descaracterização das paisagens culturais. Essa tendência indica que a expansão agroindustrial não apenas reorganiza o uso do solo, mas redefine as bases materiais e simbólicas da paisagem urbana.

Esses resultados confirmam a leitura de Harvey (2013) sobre a reorganização espacial promovida pela lógica de acumulação capitalista, na qual o território passa a ser reconfigurado de acordo com demandas produtivas e logísticas. No caso de Naviraí, observa-se que a expansão urbana vinculada ao agronegócio não ocorre apenas como crescimento físico da cidade, mas como reorganização funcional do espaço urbano, subordinando centralidades históricas a novas territorialidades produtivas.



Nesse cenário de transformações aceleradas, impõe-se questionar: quem se beneficia com essas reconfigurações e quais sujeitos são silenciados? A análise comparativa entre municípios como Naviraí, Dourados, Ponta Porã e Amambai indica que, apesar das particularidades locais, apresentam tendências semelhantes de fragmentação da paisagem e deslocamento das centralidades históricas. A lógica produtivista redefine o espaço urbano a partir de valores de circulação e rentabilidade, subordinando o território às dinâmicas de acumulação (Harvey, 2013) e marginalizando formas de apropriação que não se ajustam a essa racionalidade, em um contexto de disputa entre diferentes trajetórias espaciais (Massey, 2005; Haesbaert, 2014).

Embora os instrumentos de planejamento estejam formalmente em vigor, sua incapacidade de regular as práticas fundiárias evidencia a prevalência das lógicas econômicas sobre os princípios de ordenamento urbano e justiça territorial, conforme discutido por Harvey (2013) ao analisar a centralidade das dinâmicas de acumulação na produção do espaço. O silenciamento das territorialidades preexistentes reforça relações espaciais desiguais e processos de subordinação territorial, evidenciando a sobreposição de racionalidades hegemônicas sobre formas locais de produção do espaço, sobretudo em contextos territoriais marcados por forte especialização produtiva (Massey, 2005; Haesbaert, 2014).

Essas evidências reafirmam o descompasso estrutural entre as práticas de territorialização conduzidas pelo capital agrário e os instrumentos formais de ordenamento urbano, que se mostram insuficientes para conter ou regular os efeitos da agroindustrialização sobre a estrutura urbana e as paisagens culturais. De forma sintética, a Tabela 2 organiza os principais impactos identificados nas dimensões urbanas analisadas, relacionando-os às fragilidades normativas e aos efeitos observados sobre as paisagens culturais e o patrimônio urbano.

Tabela 2 | Síntese dos impactos da agroindustrialização sobre o uso do solo, expansão urbana e patrimônio

Dimensão	Impactos Observados em Naviraí-MS	Fragilidades na Regulação Urbana	Consequências para o Patrimônio Urbano e Cultural
Uso do solo	Proliferação de loteamentos periféricos desconectados da malha original	Zoneamentos permissivos e ausência de controle fundiário eficaz	Fragmentação da paisagem cultural; descaracterização de áreas históricas
Expansão urbana	Conversão acelerada de glebas rurais para uso urbano, orientada a eixos logísticos	Incapacidade dos planos diretores em conter a pressão do agronegócio	Deslocamento das centralidades tradicionais e perda da coesão urbana
Infraestrutura	Priorização de obras viárias e logísticas voltadas ao escoamento produtivo	Mobilidade urbana subordinada à lógica produtiva e rodoviária	Supressão de referências locais; descarte de traçados históricos
Paisagem urbana	Criação de periferias funcionais especializadas (logística e agroindústria)	Falta de articulação entre planejamento urbano e políticas culturais	Invisibilização de marcos arquitetônicos e esvaziamento simbólico das paisagens

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em IBGE (2023), Plano Diretor Municipal de Naviraí (2018) e análises cartográficas e documentais da pesquisa.

Esse quadro confirma o descompasso estrutural entre as práticas de territorialização conduzidas pelo capital agrário e os instrumentos formais de ordenamento urbano, insuficientes para conter ou regular os efeitos da agroindustrialização sobre a estrutura urbana e as paisagens culturais.

Mais do que uma questão técnica de planejamento, trata-se de um debate sobre justiça territorial. Conforme Massey (2005), o espaço é uma dimensão relacional e política, marcada pela coexistência de múltiplas trajetórias. Nesse sentido, a preservação da memória urbana implica reconhecer o direito à permanência dessas diferentes espacialidades, evitando que racionalidades hegemônicas se imponham de forma homogênea sobre o território.

4. AGENTES, INTERESSES E CONFLITOS NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE NAVIRAÍ

As transformações territoriais em curso em Naviraí decorrem de uma teia complexa de agentes e interesses que operam a partir de distintas escalas e racionalidades. O setor agroindustrial, em sua lógica de territorialização produtiva, constitui o principal vetor das reconfigurações espaciais observadas, mobilizando capital, infraestrutura e agentes econômicos locais e regionais em favor da ampliação de áreas voltadas à logística, armazenamento e circulação de mercadorias. Cooperativas, conglomerados industriais e incorporadoras imobiliárias atuam de forma articulada, direcionando investimentos para empreendimentos que reforçam a funcionalização das bordas urbanas em detrimento da coesão do tecido preexistente.

Em contrapartida, os poderes públicos municipais, embora formalmente incumbidos de regulamentar o uso e a ocupação do solo, frequentemente se mostram fragilizados diante da pressão econômica e política desses setores, legitimando práticas que favorecem o adensamento periférico desarticulado e a fragmentação urbana. Essa fragilidade institucional manifesta-se tanto na permissividade das normativas urbanísticas quanto na ausência de políticas integradas de preservação do patrimônio e da paisagem cultural.

Nesse contexto, torna-se necessário problematizar as próprias categorias que estruturam as políticas de preservação patrimonial nos territórios analisados. Como argumenta Riegl (1999), o conceito de patrimônio não é neutro nem atemporal, constituindo-se como uma construção histórica e cultural permeada por interesses sociais, econômicos e políticos específicos. Em cidades de pequeno porte fortemente articuladas às dinâmicas agroindustriais, os processos de seleção e legitimação cultural tendem a privilegiar referências alinhadas ao discurso do desenvolvimento e da modernização, relegando ao esquecimento memórias associadas à resistência, à informalidade e às sociabilidades cotidianas.

Nessa perspectiva, o apagamento das marcas territoriais urbanas preexistentes e a invisibilização das práticas vinculadas à história local não podem ser compreendidos como efeitos colaterais da expansão produtiva, mas sim como parte constitutiva das estratégias de homogeneização espacial e simbólica que caracterizam territórios fortemente articulados às dinâmicas agroindustriais. A disputa pelo território, portanto, não se limita à ocupação física do espaço, mas se estende ao campo simbólico, no qual narrativas sobre modernidade, progresso e eficiência econômica se sobrepõem às formas de vida e às memórias que estruturaram a paisagem urbana ao longo do tempo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que a expansão urbana recente em Naviraí ocorre predominantemente nas bordas do município, associada a infraestruturas logísticas e à conversão de áreas rurais, configurando um padrão de fragmentação territorial. Essas evidências corroboram pesquisas contemporâneas que alertam para o risco crescente de descaracterização das paisagens urbanas em contextos submetidos às lógicas produtivistas do agronegócio reforçando a necessidade de um olhar mais atento às especificidades das cidades de pequeno porte inseridas em dinâmicas regionais do agronegócio.

Verificou-se que a agroindustrialização não se restringe a uma racionalidade de produção e circulação econômica, mas atua como agente de reconfiguração territorial, promovendo a fragmentação do tecido urbano, a formação de periferias funcionais e a desarticulação das paisagens consolidadas. O avanço de loteamentos fechados, centros logísticos e novas centralidades orientadas ao agronegócio desloca usos e sentidos tradicionais, produzindo impactos concretos sobre as memórias coletivas e as territorialidades preexistentes. Essas transformações incidem não apenas na morfologia urbana, mas operam também apagamentos simbólicos, silenciando práticas, referências e vínculos identitários.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as políticas públicas de planejamento urbano e de preservação patrimonial, superando enfoques restritos a monumentos ou bens materiais isolados. A valorização dos espaços cotidianos e das práticas culturais locais deve integrar as estratégias de conservação, reconhecendo as paisagens culturais como dimensões fundamentais do direito à cidade (Lefebvre, 2001). Experiências participativas, como o Inventário Participativo do Patrimônio Cultural de Santarém (IPHAN, 2022), oferecem caminhos promissores para a incorporação das comunidades na gestão de seus territórios, fortalecendo vínculos sociais e identitários frente aos processos de homogeneização espacial.

Este estudo também contribui para suprir lacunas apontadas por Rodrigues e Dorneles (2018) ao articular análises espaciais, culturais e patrimoniais em uma leitura crítica das dinâmicas de expansão urbana em cidades do Centro-Oeste. Ao evidenciar as contradições entre os instrumentos formais de ordenamento urbano e as práticas efetivas de territorialização produtiva, reforça-se a urgência de políticas mais sensíveis às especificidades locais e comprometidas com a proteção da diversidade



territorial e cultural.

Recomenda-se, nesse sentido, a revisão dos Planos Diretores Municipais, com maior rigor na regulação de loteamentos e empreendimentos que impactam as bordas urbanas, bem como a criação de instrumentos específicos de salvaguarda das paisagens urbanas e das memórias cotidianas. A articulação entre políticas culturais, ambientais e urbanísticas é imprescindível para mitigar os efeitos da expansão agroindustrial e assegurar que as cidades conciliem desenvolvimento econômico com justiça territorial, preservando suas múltiplas camadas de memória e identidade.

O estudo reitera que as disputas em torno do território e do patrimônio são também disputas em torno de projetos de cidade. O enfrentamento dos desafios impostos pela agroindustrialização exige políticas públicas inclusivas e participativas, capazes de reconhecer e proteger as diferentes territorialidades que conformam as paisagens urbanas. Somente assim será possível construir cidades mais justas, plurais e enraizadas em suas histórias, onde o patrimônio não seja reduzido a ativo econômico, mas compreendido como direito coletivo à memória e ao pertencimento.

Ao evidenciar empiricamente a articulação entre expansão agroindustrial, fragmentação territorial e apagamento da memória urbana em cidade de pequeno porte, o estudo contribui para o campo do desenvolvimento regional ao demonstrar como dinâmicas produtivas globais incidem sobre a organização espacial e simbólica de territórios locais, ampliando o debate sobre a relação entre economia, espaço e patrimônio.



REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Painel de indicadores de mobilidade urbana: região Centro-Oeste**. São Paulo: ANTP, 2023. Disponível em: <https://www.antp.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Lucia Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 13(2), 153, 2011. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>
- ELIAS, Denise. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. *Acta Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária*, p. 13-32, 2013.
- EMBRAPA; INPE. **Atlas da agropecuária brasileira: uso e ocupação do solo no século XXI**. Brasília: Embrapa; INPE, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrosatelite>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- GONÇALVES, D. **A colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. e a formação de Naviraí**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
- GOMES, Ramon Fortunato; PROENÇA, Anderson Dias de Almeida; VILELA JÚNIOR, Adalberto José; BITENCOURT, Ricardo Batista. Discursos e práticas definindo territórios periféricos em cidades planejadas: o caso do município de Naviraí (MS). **Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo**, n. 12, 2020. DOI: 10.5821/siu.9824.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados: Naviraí (MS)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/panorama>. Acesso em: 27 mar. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de contas regionais 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9053-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000–2010 e estimativas intercensitárias por município (2000–2021)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais urbanas 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventários participativos e salvaguardas locais: experiências em Santarém**. Brasília: IPHAN, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Arbache. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 195, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Naviraí – MS. Disponível em: <https://transparencia.navirai.ms.gov.br/plano-municipal/plano-diretor-de-desenvolvimento>



urbano-e-municipal-2. Acesso em 14 jul. 2025.

MASSEY, Doreen. For space. London: Sage, 2005.

NAVIRAÍ. **Plano de mobilidade urbana de Naviraí: anexo único à Lei Complementar nº 200/2019**. Naviraí: Prefeitura Municipal de Naviraí, 2019.

NAVIRAÍ. **Economia do município de Naviraí**. Naviraí: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/municipio/economia/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NAVIRAÍ. **Lei Complementar nº 195, de 11 de abril de 2018**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Naviraí-MS e dá outras providências. Naviraí, MS: Prefeitura Municipal, 2018.

NAVIRAÍ. **Plano municipal de saneamento básico de Naviraí/MS: relatório final**. Naviraí: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul (CONISUL), 2015.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem**. In: CHOAY, Françoise (Org.). A ideia de patrimônio. São Paulo: Manole, 1999. p. 69-90.

RODRIGUES, W. O. P.; DORNELES, T. M. Formação territorial e dinâmica produtiva do município de Naviraí - MS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 2, n. 1, 11 dez, 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dinâmica fundiária e expansão urbana no Centro-Oeste brasileiro**. Brasília: INCT/IPPUR, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE-MS). **Estudos territoriais e econômicos da fronteira Brasil-Paraguai: Ponta Porã-Pedro Juan Caballero**. Campo Grande: Sebrae-MS, 2021. Disponível em: <https://www.ms.sebrae.com.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



